

CONTRIBUIÇÕES DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO APLICADA PARA A EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS: INTERFACES ENTRE SAÚDE E EDUCAÇÃO

Vera Lucia Gomes Berbel¹;

¹Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS/CPAQ), Aquidauana, MS.

Eugenia Alexandra Blacuth de Tomichá Vera².

²Secretaria de Estado de Educação de MS (SED/MS), Corumbá, MS.

RESUMO: O Transtorno do Espectro Autista (TEA) mobiliza diferentes saberes no processo de escolarização, entre os quais se destaca a Análise do Comportamento Aplicada (ABA). Este estudo tem como objetivo analisar as contribuições de princípios e estratégias derivados da ABA para a educação de crianças autistas e discutir as interfaces entre Saúde e Educação. Trata-se de pesquisa bibliográfica e documental, de abordagem qualitativa, desenvolvida por meio de revisão da literatura com busca sistematizada em bases nacionais e internacionais. Os resultados indicam contribuições relacionadas à comunicação, interação, participação e aprendizagem, mas mostram que os efeitos variam conforme as características da criança, os objetivos e as situações em que as intervenções são realizadas. Evidenciam, ainda, desafios relacionados à generalização das habilidades aprendidas e à formação dos profissionais. No contexto escolar, estratégias fundamentadas na ABA podem contribuir para compreender condições que interferem na participação do estudante e organizar situações de ensino, desde que articuladas às finalidades educacionais. Conclui-se que a articulação entre Saúde e Educação pode favorecer a escolarização de crianças autistas quando preservadas as atribuições de cada área, sem subordinar o planejamento pedagógico ao terapêutico.

PALAVRAS-CHAVE: Transtorno do Espectro Autista. Análise do Comportamento Aplicada. Educação e Saúde.

CONTRIBUTIONS OF APPLIED BEHAVIOR ANALYSIS TO THE EDUCATION OF AUTISTIC CHILDREN: INTERFACES BETWEEN HEALTH AND EDUCATION

ABSTRACT: Autism Spectrum Disorder (ASD) involves different areas of knowledge in the schooling process, among which Applied Behavior Analysis (ABA) stands out. This study aims to analyze the contributions of principles and strategies derived from ABA to the education of autistic children and to discuss the interfaces between Health and Education. This is a qualitative bibliographic and documentary study conducted through a literature

review with a systematized search of national and international databases. The results indicate contributions related to communication, interaction, participation, and learning, but also show that effects vary according to the child's characteristics, the objectives, and the situations in which interventions are implemented. The findings also reveal challenges related to the generalization of acquired skills and professional training. In school settings, ABA-based strategies can contribute to understanding the conditions that affect student participation and to organizing teaching situations, provided that they are aligned with educational purposes. It is concluded that collaboration between Health and Education can support the schooling of autistic children when the responsibilities of each field are preserved, without subordinating educational planning to therapeutic planning.

KEYWORDS: Autism Spectrum Disorder. Applied Behavior Analysis. Education and Health.

INTRODUÇÃO

A escolarização dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas classes comuns da educação básica tem ampliado as discussões sobre as condições necessárias para garantir não somente o acesso à escola, mas sua participação, comunicação e aprendizagem. Nessa perspectiva, a inclusão escolar não se restringe à matrícula ou à presença física do estudante, mas implica a organização de condições pedagógicas que possibilitem sua participação no processo educativo e o acesso aos conhecimentos trabalhados pela escola.

No Brasil, a Lei nº 12.764/2012 reconheceu a pessoa com TEA como pessoa com deficiência para todos os efeitos legais e estabeleceu, entre suas diretrizes, a intersetorialidade das ações e políticas públicas, assegurando também o direito à educação (Brasil, 2012). Posteriormente, a Lei nº 13.146/2015 estabeleceu a garantia de condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem no sistema educacional inclusivo (Brasil, 2015). O Parecer CNE/CP nº 50/2023, homologado em 2024, apresenta orientações específicas para a escolarização de estudantes com TEA e destaca a importância da articulação intersetorial entre a Educação a Saúde e a Assistência Social, de modo a contribuir para o atendimento às necessidades dos estudantes, preservando a finalidade educacional das ações desenvolvidas pela escola (Brasil, 2024). O Decreto nº 12.686/2025 instituiu a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e reafirmou o Atendimento Educacional Especializado (AEE) como atividade pedagógica complementar à escolarização e prevê também a articulação intersetorial para promover atenção integral aos estudantes da Educação Especial (Brasil, 2025).

Esses dispositivos legais e normativos evidenciam que a escolarização do estudante autista requer respostas que considerem suas necessidades e reconheçam a importância das ações intersetoriais, articulando Educação, Saúde, Assistência Social e outros setores quando necessário. Essa articulação pode favorecer o compartilhamento de conhecimentos e a identificação de estratégias e apoios que ampliem as possibilidades

de participação e aprendizagem do estudante. Contudo, a atuação intersetorial pressupõe diálogo e colaboração entre as diferentes áreas, sem que os conhecimentos e as práticas de um campo sejam simplesmente transferidos para outro. No ambiente escolar, essas contribuições devem estar articuladas às finalidades educacionais, preservando a natureza pedagógica da escola e do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Entre as abordagens utilizadas no atendimento de pessoas autistas encontra-se a Análise do Comportamento Aplicada (ABA), amplamente empregada em intervenções terapêuticas e em serviços de Saúde, embora sua aplicação não se restrinja ao contexto clínico. AABA constitui um campo de aplicação dos princípios da Análise do Comportamento, envolvendo procedimentos sistemáticos voltados à compreensão e à modificação de comportamentos socialmente significativos, podendo ser utilizada em diferentes ambientes, entre eles o clínico e o educacional (Cooper; Heron; Heward, 2020).

Princípios e procedimentos fundamentados na Análise do Comportamento vêm sendo utilizados com crianças autistas em intervenções relacionadas à comunicação, interação social, habilidades adaptativas e aprendizagem. Entretanto, quando essa discussão se desloca para a escola, torna-se necessário considerar que os objetivos educacionais não se confundem com os objetivos clínicos. O professor não assume a função de terapeuta e a escola não se constitui como espaço de reprodução de programas terapêuticos. Por outro lado, conhecimentos produzidos pela Análise do Comportamento podem contribuir para a compreensão das condições que favorecem ou dificultam a participação do estudante e para a organização das situações de ensino, desde que articulados às finalidades educacionais.

Nessa perspectiva, a interface entre Saúde e Educação pressupõe a possibilidade de diálogo entre conhecimentos, sem a sobreposição de uma área sobre a outra. A questão que se coloca, portanto, não é somente se estratégias derivadas da ABA podem ser utilizadas na escola, mas como esses princípios e estratégias podem contribuir para a participação, aprendizagem, comunicação e inclusão dos estudantes autistas, preservando a especificidade pedagógica desse espaço.

Este estudo integra as ações desenvolvidas no âmbito do Laboratório de Ações Docentes Inclusivas (LABAC) e do Grupo de Estudos e Pesquisa em Acessibilidade, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Aquidauana (UFMS/CPAQ), espaço voltado ao desenvolvimento de ações e estudos relacionados à educação inclusiva. Diante dessas considerações, este estudo parte da seguinte questão: como princípios e estratégias derivados da Análise do Comportamento Aplicada podem contribuir para a participação, aprendizagem, comunicação e inclusão de estudantes autistas no contexto escolar, preservando a especificidade pedagógica da escola?

OBJETIVO

Analisar as contribuições de princípios e estratégias derivados da Análise do Comportamento Aplicada para a educação de crianças autistas, considerando suas possibilidades para favorecer a participação, a aprendizagem, a comunicação e a inclusão escolar, bem como discutir as interfaces entre Saúde e Educação, preservando as especificidades da atuação pedagógica no contexto escolar.

METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como pesquisa bibliográfica e documental, de abordagem qualitativa e caráter exploratório e descritivo, desenvolvida por meio de revisão da literatura com busca sistematizada. O levantamento da produção científica compreendeu o período de 2012 a 2026, tendo como marco inicial a Lei nº 12.764/2012.

As buscas foram realizadas nas bases SciELO, LILACS, Portal de Periódicos CAPES, ERIC e PubMed, com a combinação de termos relacionados a autismo, Análise do Comportamento Aplicada, inclusão escolar, participação, comunicação e saúde. Foram incluídos estudos científicos que abordassem princípios ou estratégias fundamentados na Análise do Comportamento e apresentassem resultados relacionados aos objetivos desta pesquisa, realizados em ambientes educacionais ou cujos achados possibilitassem discutir suas implicações para a escolarização de crianças autistas. Foram excluídas publicações exclusivamente clínicas sem relação com o objeto investigado, que não respondessem à questão proposta.

Como recurso de apoio à pesquisa, utilizou-se a ferramenta de Inteligência Artificial Generativa (IAG) Claude, para pesquisa e organização inicial das produções científicas e na tradução para a língua portuguesa dos artigos publicados em língua estrangeira. As referências localizadas com esse apoio foram conferidas nas bases e fontes originais, assim como os textos originais foram consultados para análise e interpretação dos resultados.

A seleção ocorreu mediante leitura dos títulos e resumos e, posteriormente, dos textos que apresentaram relação com o objeto investigado. Realizou-se, ainda, pesquisa documental sobre dispositivos legais e normativos relacionados à escolarização das pessoas autistas e à Educação Especial.

A partir da sistematização do material, a análise foi organizada em três eixos: a) evidências, contribuições e limites da ABA no atendimento de crianças autistas; b) princípios e estratégias da análise de comportamento no contexto educacional, considerando participação, aprendizagem e formação profissional; e c) interfaces entre Saúde e Educação e os limites entre atuação clínica e pedagógica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das produções selecionadas evidencia que a ABA reúne princípios e estratégias que podem contribuir para diferentes aspectos do desenvolvimento e da aprendizagem de crianças autistas. Entretanto, seus resultados variam conforme as características da criança, os objetivos e o contexto de utilização. Assim, evidências produzidas em atendimentos clínicos ou terapêuticos não podem ser diretamente transferidas para a escola, devendo sua utilização estar articulada às finalidades educacionais.

Hume et al. (2021), em estudo desenvolvido no âmbito do National Clearinghouse on Autism Evidence and Practice (NCAEP), realizaram uma revisão das práticas de intervenção utilizadas com pessoas autistas, com o objetivo de identificar aquelas sustentadas por evidências científicas. A revisão reuniu 972 estudos publicados entre 1990 e 2017 e identificou 28 práticas que atenderam aos critérios estabelecidos pelos pesquisadores. Entre elas, encontram-se práticas relacionadas aos princípios da Análise do Comportamento, como reforçamento, intervenções antecedentes, modelação e análise de tarefas, além de outras práticas utilizadas no atendimento de pessoas autistas.

Esses resultados mostram que diferentes estratégias podem contribuir para a escolarização de estudantes autistas. Entretanto, uma prática ser considerada baseada em evidências não significa que seja adequada a todos os estudantes ou produza os mesmos resultados em diferentes situações. Além disso, as 28 práticas identificadas pelo NCAEP não são, em sua totalidade, procedimentos exclusivos da ABA. Sua utilização na escola requer considerar as características do estudante, os objetivos de aprendizagem e as situações concretas em que participa.

Sandbank et al. (2020), no âmbito do Project AIM, investigaram intervenções relacionadas a diferentes áreas do desenvolvimento, entre elas linguagem, comunicação social, cognição, comportamento adaptativo e habilidades sociais. Os resultados variaram conforme o tipo de intervenção e a habilidade avaliada. Os resultados também mostraram que os efeitos das intervenções foram maiores quando as habilidades eram avaliadas em situações semelhantes àquelas em que haviam sido ensinadas. Quando a avaliação ocorria em condições diferentes, envolvendo mudanças no ambiente, nas pessoas, nos materiais ou na forma de interação, os efeitos eram menores. Esses resultados são importantes para a Educação, uma vez que a aprendizagem não se limita à aquisição de uma habilidade em uma situação específica, mas envolve a possibilidade de utilizá-la em diferentes atividades, espaços e relações estabelecidas no cotidiano escolar.

Em outro estudo derivado do mesmo projeto, Sandbank et al. (2020) analisaram especificamente os efeitos das intervenções sobre a linguagem, reunindo 221 resultados provenientes de 60 estudos com crianças autistas de até oito anos. Os autores encontraram um efeito positivo, porém pequeno, sobre a linguagem. Outro resultado mostrou que o nível de linguagem apresentado pela criança antes do início da intervenção influenciou os resultados. Crianças que já possuíam habilidades linguísticas mais desenvolvidas

apresentaram maiores avanços. Isso não significa que crianças com maiores dificuldades de linguagem não possam se beneficiar das intervenções, mas evidencia que os resultados podem variar de acordo com as habilidades que a criança já apresenta. Os autores também observaram que as crianças que receberam uma quantidade maior de horas de intervenção não apresentaram melhores resultados no desenvolvimento da linguagem.

Outro aspecto importante refere-se à generalização das habilidades aprendidas. Crank et al. (2021), ao analisarem 27 estudos sobre intervenções comportamentais desenvolvimentais naturalísticas, que associam princípios comportamentais e do desenvolvimento infantil e utilizam situações naturais, como brincadeiras e interações cotidianas, encontraram resultados relacionados à comunicação social, linguagem, brincadeira e aspectos cognitivos.

Os efeitos foram maiores para as habilidades diretamente trabalhadas durante as intervenções e quando se mantinham o mesmo ambiente, a mesma pessoa, materiais semelhantes ou uma forma de interação semelhante. Quando a avaliação envolvia mudanças no ambiente, na pessoa com quem a criança interagia, nos materiais utilizados ou na forma de interação, os efeitos encontrados eram menores.

No contexto escolar, essa questão assume particular importância, pois a criança participa de diferentes atividades, interage com professores e colegas, utiliza diversos materiais e vivencia situações que se modificam ao longo da rotina. Nesse espaço, habilidades como comunicar-se, solicitar ajuda, realizar escolhas, participar das atividades e utilizar conhecimentos precisam ocorrer em diferentes situações, e não apenas nas condições específicas em que foram ensinadas. Assim, mais do que observar se a criança consegue executar determinada habilidade diante de um estímulo ou em uma situação previamente organizada, é necessário considerar se aquilo que foi aprendido amplia suas possibilidades de participação, comunicação e aprendizagem nas diferentes experiências que fazem parte do cotidiano escolar.

Martins e Camargo (2023) investigaram três crianças autistas matriculadas na pré-escola e suas respectivas professoras. A intervenção foi planejada considerando as características de cada criança e as atividades previstas pelas docentes, que desenvolveram as estratégias em suas próprias turmas após receberem orientações. Foram utilizados procedimentos fundamentados na ABA, como reforço positivo, rotina visual, dicas ou assistência, modelagem e estímulo à interação com os pares. Os resultados mostraram aumento significativo da participação das crianças nas atividades e das interações com colegas e professoras, além da redução dos comportamentos que as mantinham afastadas das atividades.

Esses resultados mostram que, no contexto escolar, a utilização de estratégias fundamentadas na ABA não deve ter como finalidade apenas reduzir comportamentos considerados inadequados, mas compreender as condições em que eles ocorrem e ampliar as possibilidades de participação, interação e aprendizagem. Compreender a função do

comportamento pode auxiliar o professor a identificar aspectos relacionados à comunicação, à compreensão das atividades, à organização do ambiente, às demandas apresentadas e aos apoios disponíveis, orientando decisões pedagógicas como modificar uma atividade, reorganizar o ambiente ou oferecer apoios que favoreçam o envolvimento da criança nas experiências escolares.

Nesse sentido, princípios como a observação, a identificação das condições antecedentes e consequentes ao comportamento, a definição de objetivos observáveis, a organização das situações de ensino, o reforçamento e o acompanhamento dos resultados podem subsidiar o planejamento pedagógico. Por exemplo, ensinar a criança a solicitar um objeto pode ampliar suas possibilidades de comunicação; organizar uma atividade em pequenas etapas pode favorecer sua compreensão e realização; e utilizar apoios visuais pode ajudá-la a antecipar acontecimentos e compreender a rotina. Assim, o sentido educacional dessas estratégias está nas possibilidades que oferecem para ampliar o acesso, a participação e a aprendizagem do estudante nas atividades e relações que constituem a vida escolar.

Benitez et al. (2021) investigaram os efeitos de uma formação em Educação Especial e Inclusiva fundamentada na ABA, com 52 agentes educacionais. A formação teve duração de 60 horas e articulou discussões sobre Educação Especial, inclusão e autismo com conteúdos relacionados à ABA, como conceitos de aprendizagem, procedimentos de ensino, avaliação comportamental, definição do comportamento a ser ensinado e elaboração de currículo individualizado.

Nas atividades práticas, os participantes realizaram, entre outras ações, a caracterização do estudante e das estratégias inclusivas, o planejamento do ensino, a avaliação do repertório de um estudante autista e, a partir de suas características, a elaboração de uma atividade para o ensino de uma habilidade específica. Os resultados mostraram uma mudança significativa após a formação, indicando posicionamentos mais favoráveis à inclusão. Os autores consideram que essa mudança pode estar relacionada à possibilidade de os participantes compreenderem formas concretas de intervenção junto aos estudantes autistas.

Brito e Elias (2023) investigaram os conhecimentos de 29 professores responsáveis por Salas de Recursos Multifuncionais sobre autismo e ABA. Em relação à ABA, somente sete participantes afirmaram conhecê-la, e apenas uma das definições apresentadas foi considerada parcialmente correta. Quando questionados sobre conceitos como contingência, reforço positivo e negativo e extinção, também foram identificadas dificuldades, levando os autores a concluir que nenhum dos participantes demonstrou conhecimento adequado sobre ABA. Outro dado chama a atenção: ao descreverem o trabalho realizado no AEE, alguns professores mencionaram utilizar ABA ou TEACCH, embora não demonstrassem domínio dos conceitos que fundamentam essas abordagens.

Os resultados mostram, portanto, uma distância entre mencionar ou utilizar determinadas estratégias e compreender os fundamentos que orientam sua aplicação. No contexto escolar, esse dado reforça a necessidade de formação que possibilite aos professores compreender não apenas como utilizar uma estratégia, mas por que utilizá-la, qual habilidade se pretende desenvolver e como acompanhar seus efeitos sobre a participação e a aprendizagem do estudante.

A formação em princípios da ABA não implica atribuir ao professor funções próprias da intervenção terapêutica, mas ampliar seus conhecimentos para observar, planejar, ensinar e avaliar, preservando a natureza pedagógica de sua atuação. Essa diferenciação é importante diante da presença de profissionais e serviços da Saúde no acompanhamento de crianças autistas e das orientações terapêuticas que podem chegar à escola.

A presença do acompanhante terapêutico da ABA na escola evidencia, de forma mais concreta, algumas tensões nessa interface. Estudos apontam dificuldades relacionadas à indefinição de seu papel, à resistência de profissionais da Educação e à sobreposição de atribuições entre o acompanhante e o professor (Nascimento et al., 2019; Amorim; Silva, 2025). Essas situações podem ocorrer tanto quando a atuação do AT é percebida como uma possível interferência no trabalho pedagógico quanto no movimento inverso, quando lhe são transferidas responsabilidades relacionadas ao ensino que pertencem à escola. A questão, portanto, não está apenas em permitir ou restringir a presença desse profissional no espaço escolar, mas em definir suas atribuições e estabelecer formas de colaboração que preservem a responsabilidade do professor pelo planejamento e pela condução do ensino, ao mesmo tempo em que possibilitem o compartilhamento de conhecimentos e estratégias que contribuam para a participação e a aprendizagem da criança.

A articulação entre Saúde e Educação possibilita o compartilhamento de informações importantes sobre a criança, preservando as atribuições de cada área e cabendo à escola analisá-las a partir do currículo e dos objetivos de aprendizagem. Nessa perspectiva, as contribuições da ABA para a educação de crianças autistas não estão na transferência de um modelo clínico para a escola, mas na utilização de conhecimentos sobre comportamento e aprendizagem para compreender as condições que dificultam ou favorecem a participação do estudante, organizar situações de ensino e acompanhar seus resultados. Por isso, a análise de uma estratégia não pode se limitar à redução de comportamentos, mas deve considerar se ela contribui para que a criança se comunique com maior autonomia, compreenda e realize atividades, interaja com colegas e professores, acesse conhecimentos, faça escolhas e participe das diferentes situações do cotidiano escolar. É na relação entre os resultados produzidos e essas finalidades educacionais que as contribuições dos princípios e estratégias derivados da ABA para a inclusão escolar precisam ser analisadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar as contribuições de princípios e estratégias derivados da Análise do Comportamento Aplicada para a educação de crianças autistas, considerando suas possibilidades para favorecer a participação, a aprendizagem, a comunicação e a inclusão escolar, bem como discutir as interfaces entre Saúde e Educação. A análise das produções evidenciou que princípios e estratégias fundamentados na ABA podem contribuir para o contexto educacional, desde que sua utilização esteja articulada às características e necessidades do estudante, aos objetivos de aprendizagem e às situações vivenciadas no cotidiano escolar.

Os estudos analisados apresentaram resultados relacionados à comunicação, interação, participação e aprendizagem, mas também mostraram que esses efeitos não ocorrem da mesma forma para todas as crianças ou em todas as situações. Um dos aspectos identificados refere-se à generalização das habilidades aprendidas, uma vez que os efeitos foram menores quando as crianças eram avaliadas em condições diferentes daquelas em que ocorreu a intervenção. No contexto escolar, esse resultado é particularmente importante, pois a criança precisa utilizar aquilo que aprende em diferentes atividades, ambientes e interações ao longo de sua rotina.

Os resultados também mostram que, na escola, a contribuição dos princípios da Análise do Comportamento não deve ser avaliada apenas pela redução de determinados comportamentos. Sua utilização adquire sentido educacional quando contribui para compreender as condições que interferem na participação do estudante, organizar situações de ensino e ampliar suas possibilidades de comunicação, interação e aprendizagem. Nesse processo, a formação dos profissionais torna-se necessária para que compreendam os fundamentos e as finalidades das estratégias utilizadas e possam articulá-las ao planejamento pedagógico, sem assumir funções próprias da intervenção clínica.

A articulação entre Saúde e Educação pode contribuir para a escolarização das crianças autistas por meio do compartilhamento de conhecimentos e informações, desde que sejam preservadas as atribuições de cada área. Essa relação requer clareza quanto às responsabilidades dos profissionais envolvidos, evitando tanto a subordinação das decisões pedagógicas às orientações terapêuticas quanto a transferência de responsabilidades educacionais para profissionais externos à escola.

Diante do exposto, considera-se que as contribuições da ABA para a inclusão escolar não estão na transformação da escola em espaço terapêutico ou na transposição de programas clínicos para a sala de aula, mas na possibilidade de apropriação de conhecimentos e estratégias que auxiliem os profissionais da Educação a organizar condições mais favoráveis à participação e à aprendizagem. Evidencia-se, ainda, a necessidade de ampliar pesquisas desenvolvidas nos contextos educacionais brasileiros que investiguem não apenas mudanças em comportamentos específicos, mas seus efeitos sobre a aprendizagem, a comunicação, a autonomia, a participação e as relações

estabelecidas no cotidiano escolar.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Kawany Raphaela Gomes Resende; SILVA, Ana Beatriz Dupré. Desafios dos acompanhantes/atendentes terapêuticos (AT): explorando dificuldades e estratégias no contexto escolar. **Revista FT**, v. 29, ed. 151, 2025. DOI: 10.69849/revistaft/fa10202510142214.

BENITEZ, Priscila et al. Atitudes sociais de agentes educacionais em relação à inclusão e à formação em Análise do Comportamento Aplicada. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 27, e0125, 2021. DOI: 10.1590/1980-54702021v27e0125.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 28 dez. 2012.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP nº 50/2023. Brasília, DF: CNE, 2024.

BRASIL. Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 21 out. 2025.

BRITO, Lucelmo Lacerda de; ELIAS, Nassim Chamel. Repertório de professores do atendimento educacional especializado sobre autismo e Análise do Comportamento. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 36, e71273, 2023. DOI: 10.5902/1984686X71273.

COOPER, John O.; HERON, Timothy E.; HEWARD, William L. **Applied behavior analysis**. 3. ed. Harlow: Pearson Education, 2020.

CRANK, Jenna E. et al. **Understanding the effects of naturalistic developmental behavioral interventions**: a Project AIM meta-analysis. *Autism Research*, v. 14, n. 4, p. 817-834, 2021. DOI: 10.1002/aur.2471.

HUME, Kara et al. Evidence-based practices for children, youth, and young adults with autism: third generation review. **Journal of Autism and Developmental Disorders**, v. 51, p. [4013-4032](#), 2021. DOI: 10.1007/s10803-020-04844-2.

MARTINS, Juliana dos Santos; CAMARGO, Sígla Pimentel Höher. A adaptação de crianças com autismo na pré-escola: estratégias fundamentadas na Análise do Comportamento Aplicada. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília**, v. 104, e5014, 2023. DOI: 10.24109/2176-6681.rbep.[104.5014](#).

NASCIMENTO, Verônica Gomes; TEIXEIRA, Adrielle de Matos Borges; SPADA, Aline de

Almeida Santos; DAZZANI, Maria Virgínia Machado. Acompanhamento Terapêutico Escolar: uma atuação caracterizada pelo “entre”. **Estilos da Clínica**, São Paulo, v. 24, n. 3, p. 445-457, 2019. DOI: 10.11606/issn.1981-1624.v24i3p445-457.

SANDBANK, Micheal et al. Intervention effects on language in children with autism: a Project AIM meta-analysis. **Journal of Speech, Language, and Hearing Research**, v. 63, n. 5, p. [1537-1560](#), 2020a. DOI: 10.1044/2020_JSLHR-19-00167.

SANDBANK, Micheal et al. Project AIM: autism intervention meta-analysis for studies of young children. **Psychological Bulletin**, v. 146, n. 1, p. 1-29, 2020b. DOI: 10.1037/bul0000215.